

**Do desenvolvimento territorial sustentável
à sustentabilidade do *Bem Viver* territorial:
A crise do desenvolvimento, a emergência do *Bem Viver*
e o futuro da questão territorial no Nordeste do Brasil**

Autor; Luiz Gonzaga Firmino Junior; Orientador: Rogério de Souza Medeiros

(IFPB/UFPB gonzaga_pb@hotmail.com; PPGS/UFPB medeirosrogerio@hotmail.com)

Resumo: A crise global do paradigma de desenvolvimento compromete o futuro da política de desenvolvimento territorial no Brasil. Como *alternativa de desenvolvimento*, o desenvolvimento territorial é refém de premissas (verdades) constitutivas do mesmo paradigma que está em crise. Um futuro relevante para a política territorial pode emergir de uma reorientação paradigmática inspirada em premissas geradas por uma *alternativa ao desenvolvimento*, radicalmente distintas das que são constitutivas do paradigma em crise. No contexto das rupturas e emergências paradigmáticas em curso, que transformam simultânea e qualitativamente as relações de produção e poder, modos de vida e cultura, dominantes na época histórica do industrialismo, surgiu na Região Andina e está em construção o paradigma do *Bem Viver*, como *alternativa ao desenvolvimento* em crise. A **hipótese exploratória**, inspiradora dessa investigação, é a de que, no caso da política territorial do Brasil, *a simultaneidade existente da crise do paradigma ocidental de desenvolvimento, por um lado, e da ascensão do paradigma do Bem Viver, que emerge como alternativa ao paradigma de desenvolvimento, por outro lado, revela que ambos os processos são partes do mesmo fenômeno, uma mudança de época histórica, exigindo a urgente e relevante construção de um giro paradigmático crítico: do desenvolvimento territorial sustentável à sustentabilidade do Bem Viver territorial.* A finalidade dessa investigação é identificar, articular e propor um conjunto de premissas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e axiológicas para contribuir a essa transição paradigmática principalmente no Nordeste do Brasil. Isso significa contribuir à construção do Bem Viver territorial, que se expressa na construção de comunidades felizes com modos de vida sustentáveis. Além da pesquisa bibliográfica sobre a crise do paradigma de desenvolvimento e sobre a emergência do paradigma do Bem Viver, a investigação de campo busca evidências empíricas de presença de ambos, a crise do desenvolvimento e a emergência do *Bem Viver*, em quatro (04) territórios rurais (de identidade) do Nordeste brasileiro, dois dos quais na Zona da Mata e Agreste, e os outros dois no Semiárido, a saber: Na Paraíba, os territórios Zona da Mata Norte e Cariri Ocidental; no Rio Grande do Norte, o território Agreste Litoral Sul (Terrasul); em Pernambuco, o território do Sertão do Pajeú.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Território, Política territorial, Bem Viver, Transição paradigmática.

Palavras-Chave: Desenvolvimento; Território; Política territorial; Bem Viver; Transição paradigmática.

Introdução

Desde a década de 1960, está em curso uma crise estrutural do sistema-mundo capitalista (WALLERSTEIN, 1974), que significava uma crise do paradigma ocidental de desenvolvimento (DOMENACH, 1980) com implicações para todas as formas e modos de vida no Planeta, inclusive

para o desenvolvimento territorial. A crise global do desenvolvimento compromete o futuro da política de desenvolvimento territorial no Brasil. Como *alternativa de desenvolvimento*, o desenvolvimento territorial é refém de premissas (verdades) constitutivas do mesmo paradigma que está em crise. Um futuro relevante para a política territorial pode emergir de uma reorientação paradigmática inspirada em premissas geradas por uma *alternativa ao desenvolvimento*, radicalmente distintas das que são constitutivas do paradigma em crise. Em um contexto de caos, crises e mudanças que geram rupturas e emergências paradigmáticas, surgiu na Região Andina e está em construção o paradigma do *Bem Viver* como alternativa ao *paradigma de desenvolvimento* (ACOSTA, 2015). A crise do paradigma de desenvolvimento (SACHS, 2000; RIST, 1997) coloca em xeque as teorias e modelos alternativos *de desenvolvimento*, que proliferam no mundo, e abre espaços para imaginar *alternativas ao desenvolvimento* (AMERICA LATINA EM MOVIMIENTO, 2009, 2010, 2011) e superar “problemas *de desenvolvimento*” criados pelo paradigma em crise. Isso significa que a humanidade vive uma mudança de época histórica (FOSTER, 2013; SILVA, 2004), gerado pela crise da época do industrialismo (CASTELLS, 2000) que nos deixa a todos vulneráveis, do cidadão ao Planeta. A fumaça das chaminés das fábricas industriais, antes tida como o símbolo máximo do progresso no industrialismo, hoje é condenada como símbolo de contaminação. Isso explica o número crescente de mudanças globais, desde as últimas décadas do século XX, que geram perplexidade generalizada, deixando-nos com dificuldade para entender por que essas mudanças ocorrem e quais são suas implicações para a dinâmica da vida cotidiana das pessoas comuns. Da perspectiva dessa investigação, é urgente e relevante ampliar nossa compreensão sobre as causas e circunstâncias tanto da crise do paradigma ocidental de desenvolvimento quanto da emergência na Região Andina do paradigma do *Bem Viver*, para antecipar as implicações, de ambos os fenômenos, críticas para o futuro da política territorial no Brasil e no Nordeste em particular. A hipótese exploratória, inspiradora dessa investigação, é a de que, no caso da política territorial do Brasil, *a simultaneidade existente da crise do paradigma ocidental de desenvolvimento, por um lado, e da ascensão do paradigma do Bem Viver, que emerge como alternativa ao paradigma de desenvolvimento, por outro lado, revela que ambos os processos são partes do mesmo fenômeno, uma mudança de época histórica, exigindo a urgente e relevante construção de um giro paradigmático crítico: do desenvolvimento territorial sustentável à sustentabilidade do Bem Viver territorial. Apesar de estarmos na fase inicial do trabalho a finalidade dessa investigação é fazer uma contribuição nessa direção.*

Metodologia

A delimitação geográfica da investigação inclui quatro territórios rurais em três estados do Nordeste do Brasil. Trabalhamos com três os critérios para a seleção de dois territórios contíguos na Zona da Mata de dois estados, Paraíba e Rio Grande do Norte, e dois territórios contíguos no Semiárido de dois estados, Paraíba e Pernambuco. Primeiro, o critério de ‘comparação’, para identificar consensos, divergências e conflitos de percepção entre os Grupos Focais territoriais, de territórios localizados em um mesmo ambiente agroecológico e edafo-climático; segundo, o critério de ‘proximidade’, para reduzir o custo da investigação (principalmente com as viagens) e a maximização do tempo do investigador; e, terceiro, o critério das ‘diferenças de percepção’, para identificar consensos, divergências e conflitos de percepção entre as diferentes categorias de atores (agricultores e agricultoras, técnicos locais, agências de fomento, governo, assessores territoriais, representantes do colegiado territorial) implicados na dinâmica territorial em um mesmo território, em territórios diferentes, localizados em um mesmo ambiente agroecológico e edafo-climático, e em territórios diferentes, localizados em ambientes agroecológicos e edafo-climáticos distintos. Os quatro procedimentos que vem sendo utilizados são:

- **Pesquisa bibliográfica** sobre a crise do paradigma *de* desenvolvimento e sobre a emergência do paradigma do Bem Viver, incluindo a identificação das premissas ontológicas, epistemológicas, metodológicas e axiológicas emergentes para sua consolidação e implementação;

- **Entrevistas semi-estruturadas**, individuais, com atores implicados na dinâmica territorial (agricultoras, agricultores, profissionais de Nedets, representantes de Colegiados, representantes de parceiros institucionais) nos quatro territórios selecionados. Constituídas de perguntas idênticas para todos os entrevistados, as entrevistas serão realizadas com uma amostra intencional de atores, atendendo os critérios de proporcionalidade de gênero (50% mulheres, 50% homens), idade (mínimo 30% de jovens) e origem institucional (30% do poder público estadual, 30% do poder público municipal e 40% da sociedade civil).

- **Grupos Focais** territoriais, sendo 4 correspondentes aos respectivos territórios selecionados e 1 grupo focal institucional regional constituído de pensadoras e pensadores independentes, não

vinculados diretamente a nenhum dos quatro territórios selecionados. As perguntas serão idênticas para todos os grupos focais, que construirão coletivamente as respostas, de forma negociada.

- **Observações de campo**, realizadas durante a participação do investigador em pelo menos duas reuniões do Colegiado Territorial, em cada um dos territórios selecionados. As observações incluem principalmente perguntas, questões, temas, problemas atuais, desafios emergentes, ações estratégicas, premissas, organizadas em dois blocos separados, em um deles tudo que puder ser associado às rupturas paradigmáticas derivadas da crise civilizatória em curso e, portanto, ser associado ao *paradigma de desenvolvimento* em crise, com implicações negativas para o desenvolvimento territorial e, no outro bloco, tudo que puder ser associado às emergências paradigmáticas no contexto da mesma crise planetária, em particular associado à emergência de *alternativas ao desenvolvimento*, como a Agroecologia, economia solidária, intercâmbio de experiências, diálogo de saberes, construção coletiva de conhecimento, educação contextualizada, cuidado com a natureza, democracia participativa / deliberativa / comunitária, autonomia comunitária, sustentabilidade dos modos de vida.

A combinação desses quatro diferentes procedimentos nos permite uma triangulação da informação que tem o potencial tanto para aumentar o grau de confiança e validade dos resultados quanto para facilitar a comparação desses resultados entre territórios e entre as categorias de atores entrevistados.

Resultados e discussão

A crise civilizatória (CAPRA, 1982), ou seja, a crise do desenvolvimento (ATTALI et al., 1980; SACHS, 2000; ESCOBAR, 1998), com suas promessas não cumpridas, de prosperidade, felicidade e paz para todos os povos do mundo, cria uma crise de sentido generalizada porque inclui também a crise da visão de mundo e do pensamento dominantes na construção daquilo que hoje está em crise, o chamado desenvolvimento (SILVA, 2014b). Por isso, em uma mudança de época histórica, o fator estratégico mais escasso é ‘compreensão. Se ‘compreender’ um problema complexo equivale a 50% de sua solução, porque não se pode imaginar uma solução para um problema que não compreendemos (sua gênese, em que consiste e as razões pelas quais se expressa de uma maneira particular), urge gerar compreensão sobre as rupturas e emergências paradigmáticas, derivadas da atual crise civilizatória, que incidem na natureza e dinâmica territorial e, portanto, têm implicações

para a vulnerabilidade-sustentabilidade futura dos modos de vida comunitários, inclusive nos territórios do Nordeste do Brasil.

O processo de geração de ‘compreensão’ sobre a complexidade do fenômeno de uma mudança de época coloca dificuldades teóricas e dilemas práticos, porque, numa mudança de época, tudo está em crise, inclusive os marcos intelectuais (conceitos, teorias, paradigmas, modelos, metáforas, analogias) gerados dentro da época histórica para nos ajudar a interpretar e transformar a realidade. Então, por exemplo, as *teorias clássicas de desenvolvimento*, como a Teoria da Modernização (ROSTOW, 1960) já não servem como guias confiáveis para orientar os atores sociais, econômicos, políticos, institucionais, em sua necessidade de construir caminhos que ainda não existem, porque os caminhos já existentes não servem para conduzir-nos a fins radicalmente diferentes dos anteriores, por um lado. Por outro lado, da tentativa de superar a crise global do desenvolvimento, proliferam apenas *teorias alternativas de desenvolvimento*, como, por exemplo, as importantes propostas teóricas de Amartya Sen, desenvolvimento como expansão de capacidades (SEN, 1993) e desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000). Porém, como *teorias alternativas de desenvolvimento*, essas e outras teorias afins são estéreis para superar “problemas de desenvolvimento” (SACHS, 1996; ESCOBAR, 1998; SILVA, 2016), como a fome e a pobreza, gerados pelas contradições do mesmo paradigma que inspira sua concepção e o qual tentam em vão reformar. Essas teorias são concebidas sob a influência de uma geopolítica eurocêntrica/norte-americana do poder/saber que as compromete com determinadas premissas do paradigma cuja crise prometem superar, ou seja, aceitam que: (1) a meta universal para todos os povos é “ser desenvolvido”; (2) existe um modo de vida superior, o desenvolvimento, e um modo de vida inferior, o subdesenvolvimento, divergindo na forma de como lograr o desenvolvimento para atingir a meta “ser desenvolvido”; (3) existem sociedades superiores, desenvolvidas, e sociedades inferiores, subdesenvolvidas, legitimando e reproduzindo a dicotomia superior-inferior que no passado classificou a humanidade em civilizados-primitivos e hoje nos hierarquiza em desenvolvidos-subdesenvolvidos, justificando inclusive o *modus operandi* da cooperação internacional; (4) ‘o relevante’ existe sempre em determinados idiomas, é criado sempre por determinados atores e nos chega sempre de determinados lugares, que nunca coincidem com nossos idiomas, atores e lugares. Tudo isso é rejeitado pelo paradigma do *Bem Viver* (DEL RÉ, 2014; LACERDA e FEITOSA, 2015; SILVA, 2014b). Assim, para o caso da superação da crise do desenvolvimento, a ‘compreensão’ essencial não será gerada por *teorias alternativas*

de desenvolvimento, mas de teorias alternativas àquelas, como as teorias emergentes de giros paradigmáticos em curso nas ciências sociais e humanas, por exemplo, no pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento (RADOMSKY, 2010), pós-modernidade / colonialidad (CASTRO-GÓMEZ e GROSGOUEL, 2007), Epistemologia do Sul (SANTOS, 2009), assim como nas iniciativas associadas à construção do paradigma do Bem Viver (ACOSTA, 2015; AMERICA LATINA EM MOVIMIENTO, 2009, 2010, 2011; SILVA, 2013; GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO, 2011, 2013; SILVA, 2013; LACERDA e FEITOSA, 2015; JIBAJA e VÁSQUEZ, 2016), algumas das quais já incluem reflexões sobre as o Bem Viver e a política de desenvolvimento territorial no Brasil (DEL RÉ, 2014), que essa investigação vem se desenvolvendo fundamentalmente no semiárido brasileiro, a partir dos dois territórios investigados.

Conclusões

Se o *paradigma de desenvolvimento*, hegemônico, está em crise, isso significa a crise da civilização ocidental, sua sociedade industrial capitalista, suas instituições modernas e seus marcos intelectuais (conceitos, teorias, paradigmas, modelos) derivados da “ideia de desenvolvimento” (SILVA, 2014a). Se a crise é civilizatória e está transformado, qualitativa e simultaneamente, as relações de produção e poder, modos de vida e cultura (CASTELLS, 2000), herdados da época do industrialismo pelos países integrantes do sistema-mundo capitalista, do qual o Brasil é parte constitutiva, é crítico compreender as causas e implicações dessa crise planetária, por um lado. Por outro lado, como uma alternativa *ao paradigma de desenvolvimento*, o paradigma do *Bem Viver*, ainda em construção, representa outra filosofia de vida (ESCOBAR, 2009), ou seja, outra forma particular de ser e sentir, pensar e agir, produzir e consumir; urge compreender seu potencial para transformar as relações de produção e poder, modos de vida e cultura, dominantes no industrialismo, mas já sob questionamento desde a década de 1960.

Se o desenvolvimento em crise não tem soluções para “problemas de desenvolvimento” gerados por ele próprio, como a fome e a pobreza emergentes das desigualdades inerentes às contradições internas do sistema-mundo capitalista, a humanidade necessita de *alternativas ao* (e não *de*)

desenvolvimento, que podem germinar no paradigma do *Bem Viver*, que emerge de premissas¹ ontológicas², epistemológicas³, metodológicas⁴ e axiológicas⁵ radicalmente distintas das premissas que inspiraram a concepção e ainda hoje reproduzem o *paradigma de desenvolvimento*. Finalmente, se no paradigma do *Bem Viver*, o fim para uma comunidade não é “ser desenvolvida”, mas ser feliz com um modo de vida sustentável (JIBAJA y VÁSQUEZ, 2016), em última instância, vimos identificando a necessidade de propor premissas orientadoras de uma transição paradigmática necessária e relevante: do desenvolvimento territorial sustentável à sustentabilidade do *Bem Viver* territorial.

Referências

- ACOSTA. A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo: Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. **Política y Sociedad**, v. 52, n. 5, p. 299-330. 2015.
- ALAI. Buen Vivir, germinando alternativas al desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Nº 462. 2011
- ALAI. Sumak Kawsay: Recuperar el sentido de la vida. **América Latina en Movimiento**, Nº 452. 2010
- ALAI. La agonía de un mito: ¿Como reformular el “desarrollo”? **América Latina en Movimiento**, Nº 445. 2009
- ATTALI, J.; CASTORIADIS, C.; DOMENACH, J M.; MASSÉ, P.; MORIN, E. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1980.
- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. (PENCHEL, M. Tradução). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1999.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1982.

¹ Uma **premissa** é uma crença, uma **verdade** que não necessita ser demonstrada, adotada por um indivíduo ou grupo que a expressa na forma de uma afirmação usando o verbo no presente do indicativo. Por exemplo, a premissa original que inspirou a concepção do paradigma geocêntrico da astronomia diz: a Terra é fixa e é o centro do universo.

² A dimensão ontológica de um paradigma se refere à natureza da realidade investigada.

³ A dimensão epistemológica de um paradigma se refere à natureza do conhecimento e do processo para sua geração e apropriação.

⁴ A dimensão metodológica de um paradigma se refere ao método e à natureza do indagar/inquirir.

⁵ A dimensão axiológica de um paradigma se refere aos valores éticos e estéticos que prevalecem no contexto da investigação e à natureza da intervenção para conhecer o que é relevante conhecer na realidade investigada.

- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz & Terra. 2000.
- DEL RÉ, M. Comunidades remanescentes de quilombos, Bem Viver e a política de desenvolvimento territorial rural na zona sul do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. 2014.
- DOMENACH, J. -M. Crisis del desarrollo, crisis de la racionalidad. In: ATTALI, J.; CASTORIADIS, C.; DOMENACH, J. -M.; MASSÉ, P.; MORIN, E. **El mito del desarrollo**. Barcelona: Kairós, 1980. p. 13-33.
- ESCOBAR, A. Una Minga para el postdesarrollo. **América Latina en Movimiento**, Nº 445. 2009, pp. 26-30.
- ESCOBAR, A. **La Invención del Tercer Mundo: Construcción y reconstrucción del desarrollo**. Buenos Aires: Norma. 1998.
- FOSTER, J. B. The Epochal Crisis. **Monthly Review**, New York, v. 65, n. 05, p. 1-13. 2013.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Alternativas al Capitalismo/Colonialismo del Siglo XXI**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo / Abya Yala, 2013.
- GRUPO PERMANENTE DE TRABAJO SOBRE ALTERNATIVAS AL DESARROLLO. **Más allá del desarrollo**. Quito: Fundación Rosa Luxemburg / Abya Yala, 2011.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JIBAJA, W. F. P.; e VÁSQUEZ, I. Q. **¿Ser desarrollado o ser feliz? Propuesta pedagógica para una transición paradigmática, de la gestión social del “desarrollo” a la gestión social del Buen Vivir**. Dissertação de Mestrado, Escola de Trabalho Social, Pontificia Universidade Católica do Equador (Puce). Quito, Equador. 2016.
- LACERDA, R. F.; e FEITOSA, S.F. Bem Viver: Projeto U-tópico De-colonial. **Interritórios** (Revista de Educação, UFPE), V. 1, No. 1, p. 1-19.
- MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultura, 2000
- MARX, K. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NERI, M C. **Superação da pobreza e a nova classe média no campo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- OLIVEIRA, R C. **O trabalho do antropólogo**. 2 ed. São Paulo: Unesp. 2000.



PERICO, R. E. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura, 2009.

PIKETTY, T. **O Capital no Século XXI**. Tradução: Rio de Janeiro. Editora Intrínseca, 2014.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: A crítica da modernidade e a emergência das “modernidades” alternativas. **RBCS** (Revista Brasileira das Ciências Sociais), V. 26, No. 75, Fevereiro 2011, p. 149-193.

RIST, G. **The History of Development: From western origins to global faith**. Londres: Zed Books. 1997.

ROSTOW, W.W. **Las Etapas del Crecimiento Económico: Un manifiesto no-comunista**. Buenos Aires: FCE. 1960.

SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SADER, E & GENTILI, P (Orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SAHLINS, M D. **Cultura e Razão Prática**. (NIEMAYER, S. T. Tradução) Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia de Letras, 2000.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova** (Revista de Cultura e Política), No. 28-29, Abril 1993, p. 1-12.

SILVA, J. de S. O Milagre (social) Brasileiro? A interpretação da pobreza e a pobreza da interpretação. Resenha. **Cadernos de Ciência & Tecnologia** (Embrapa), Brasília, no Prelo. 2016.

SILVA, J. de S. O poder da ciência, a ciência do poder e o futuro da questão alimentar. **Reforma Agrária**, v. 01, n. 1, p. 79-102. 2014a.

SILVA, J. de S. O dia depois do desenvolvimento: Giro filosófico para a construção de uma agricultura familiar agroecológica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 401-420. 2014b.

SILVA, J. de S. La pedagogía de la felicidad en una educación para la vida: el paradigma del ‘Buen Vivir’ / ‘Vivir Bien’ y la construcción del ‘día después del desarrollo’. In: WALSH, C. (Ed.). **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Quito: Abya Yala, 2013. Tomo I.

SILVA, J. de S. A mudança de Época e o Contexto Global Cambiante: Implicações para a mudança institucional em organizações de desenvolvimento”. In: Suzana Valle Lima (Ed) **Mudança**

(83) 3322.3222

contato@conidis.com.br

www.conidis.com.br



Organizacional: Teoria e Gestão. Brasília, Brasil: Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2004, p. 65-110.

WALLERSTEIN, I. The Rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis. **Comparative Studies in Society and and History**, v. 16, n. 4, p. 387-415. 1974.